

REUNIÃO PÚBLICA	
Local:	OAB Subseção Itanhaém
Data e horário agendado:	22 de janeiro de 2015, 18 horas
Responsável pelos trabalhos:	Rosana Filippini Bifulco Oliveira
Responsável pelo relato:	Rosana Filippini Bifulco Oliveira
Pauta:	Mobilidade urbana Colher opiniões, críticas e sugestões do público presente
Efetivo início e término:	Das 18:00 até as 20:30 hs
Participantes	Total: 17 pessoas , sendo 2 da Prefeitura de Itanhaém
Recursos utilizados:	Equipamento multimídia, computador, apresentação sobre Mobilidade Urbana em Power Point – a mesma exibida no lançamento dos trabalhos

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52

A reunião foi iniciada pela coordenadora da comissão municipal instituída para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Itanhaém Sra Rosana Filippini Bifulco Oliveira, agradecendo a presença dos membros da Comissão presentes e do público em geral. Fez um relato rápido do escopo do que temos a discutir e, com ajuda de uma apresentação, expos os principais conceitos, elementos e pontos a discutir e aprofundar. Do contido na apresentação, destacamos: 1. aspectos da mobilidade; itens da lei 12.587/2012 que instituiu as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (sistema nacional de mobilidade, prioridade para meios coletivos e não motorizados de transporte sobre os demais, serviços, infraestruturas e modos de transporte urbano, diretrizes, objetivos e instrumentos dessa política nacional, com destaque para possibilidade de dedicação de espaço exclusivo nas vias para o transporte coletivo e meios não motorizados, política de estacionamento, atribuições do município, a obrigatoriedade da elaboração do Plano Municipal de Mobilidade e o que ele deve conter, além do prazo máximo para sua aprovação - 15 de abril de 2015); o que nós já temos em termos de diagnóstico e diretrizes, como a trabalho do Programa Litoral Sustentável do Instituto Polis, os Planos Metropolitanos (ciclovário, sinalização e desenvolvimento) e os trabalhos do Grupo de Mobilidade Urbana da revisão do PDDI; proposta de cronograma; a comissão que foi montada com as Secretarias de Transito e Segurança, Planejamento e Meio Ambiente, Serviços e Urbanização, Desenvolvimento Social e Obras; Questionário que será aplicado para auxílio no diagnóstico; muitas imagens da cidade e de outros lugares sobre as questões que serão discutidas: transporte ciclovário (ciclovias, ciclofaixa e espaço compartilhado), transporte coletivo, integração de modais, automóvel, Aeroporto, ferrovia, acessibilidade, os deslocamentos a pé e a situação das calçadas, estacionamento regulamentado, educação para o trânsito; o banco de imagem que estamos fazendo dos problemas e locais da cidade que merecem destaque; o que pretendemos minimamente deixar ao final do Plano: estrutura definida para a reorganização do transporte público, a estruturação hierárquica do sistema viário, diretrizes para a recuperação das calçadas, plano ciclovário, diretrizes para o desenvolvimento institucional;

2. Questionário que está sendo veiculado desde dezembro de 2014 e ficará até o final de janeiro de 2015 para ser respondido por escrito (vem com o Boletim Oficial durante todo o período) e pela internet, on line; com perguntas abrangentes de todos os meios de transporte, dificuldades de utilização e um espaço para envio de sugestões ao Plano. Cópias impressas do questionário foram deixadas na OAB para encaminhamento aos profissionais e entrega futura à coordenação.

Da primeira reunião pública ocorrida, cujo tema foi o transporte ciclovário, resumidamente: elaboração de planejamento para transporte ciclovário com definição de trajetos prioritários para deixar encaminhamento no Plano de Mobilidade, como identificação dos pontos atrativos de público; quanto aos bicicletários, além da necessidade de se projetar novas estruturas, deve-se pensar em colocá-los como exigência em imóveis privados como supermercados, prédios públicos em geral, escolas, etc...; incentivar o uso das bicicletas;

Das manifestações, destacamos:

- Marcelo Zanirato, presidente da ACAI – Associação Comercial, Agrícola e Industrial de Itanhaém: relata reuniões existentes para solicitar à AGEM prolongamento do VLT até nossa região, além de visita feita a Macaé, no Rio de Janeiro e lá viram a importância que seria a reativação da ferrovia para transporte de cargas. Diz que os comerciantes, em geral reclamam do movimento do tráfego principalmente em época de temporada. Questionou o porque da opção pela diminuição de vagas de estacionamento, sendo respondido que foi justamente para implantar calçada e ciclovia, priorizando o transporte não motorizado no local – passeios a pé e de bicicleta;
- Dr Pedro relata a má qualidade do asfalto existente em algumas vias após implantação de obras de infraestrutura, frisando a necessidade de manutenção que deve ocorrer após a conclusão da obra;
- Dra Rosimar ressalta a importância e necessidade de transporte público de qualidade para que as pessoas possam realmente trocar o transporte individual pelo coletivo. Pergunta sobre como será efetivada a execução do Plano de Mobilidade para que não fique só no papel. Para essa questão surgiram algumas ideias, como elaborar uma norma legal – decreto ou Lei para oficializá-lo; ou elaborar uma Lei somente da política municipal de mobilidade com as diretrizes gerais e colocar dentre elas o Plano como instrumento – dessa forma poderia ser atualizado sem necessidade de alteração através de Lei;
- Vários comentários sobre o transporte coletivo, inclusive sobre as gratuidades no transporte para várias categorias e isso deve ser divulgado e discutido, sendo que o Plano deve propor diretriz sobre esse custeio. Os ônibus não respeitam passageiros e pedestres; não atendem questões de acessibilidade;
- Também sobre o estado de manutenção das vias que dificultam a mobilidade e deslocamentos;

- 53 • Sr. Jovino, da Secretaria de Transito e Segurança conta que a concessão do transporte coletivo em Itanhaém é
54 muito antiga – 1995, e não tem previsão contratual de praticamente nada, ficando muito difícil cobrar melhorias da
55 empresa; então eles exigem o que tem fundamentação jurídica e trabalham para colocar um detalhamento grande
56 e novas regras na próxima disputa licitatória;
- 57 • Dificuldade de estacionar bicicletas; falta de bicicletários;
- 58 • Relato de uma das participantes sobre o VLT, que teve oportunidade de visitar em São Vicente e que entende
59 que não vai funcionar direito e não trará benefícios ao tráfego, pelo contrário, será prejudicial pelo número de
60 cruzamentos;
- 61 • Dra Rosimar comenta sobre a colocação errada das faixas de travessia de pedestres muito próximas aos
62 cruzamentos que dificultam a visibilidade do motorista, além disso os pedestres precisam ser melhor educados e a
63 sinalização viária melhor colocada ou reforçada. Propõe uma contratação de profissional técnico especializado
64 para analisar em geral o tráfego no município e orientar quanto às alterações e adequações necessárias, por
65 exemplo da localização das faixas de pedestres;
- 66 • Várias manifestações em seguida sobre a educação para o transito, pois muitos não conhecem a legislação de
67 transito, pois ela só é ensinada para permitir a obtenção de habilitação de automóvel, mas é muito importante que
68 os pedestres e os ciclistas conheçam as leis de transito. Temos dificuldades que são culturais, como podemos
69 observar na travessia da faixa de pedestres – pois muitos são ‘folgados’; importância de campanhas de educação,
70 pois algumas coisas a punição e multas podem ajudar, mas a educação será essencial para mudança de
71 comportamento;
- 72 • Dr Rutinaldo, presidente da OAB subseção Itanhaém: entende necessário ações concretas de educação para o
73 transito, melhoria de sinalização viária e retirada de obstáculos existentes nas vias, pois muitos lugares é até
74 perigoso para o tráfego dos automóveis o desenho das guias existentes formando verdadeiros bicos e pontos que
75 são difíceis dos veículos contornarem; entende necessária uma sinalização adequada e a formação de uma
76 cultura de respeito. Ressalta o recebimento de reclamações de cidadãos com referencia ao descumprimento de
77 direitos por pessoas com mobilidade reduzida e deficientes, inclusive pela empresa de transporte coletivo;
- 78 • Sr. Edson, da Secretaria de Desenvolvimento Social, deficiente visual e membro da Comissão de elaboração
79 do Plano, contou que através de uma ação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do
80 Ministério Público conseguiram acordo cumprido pela empresa de adaptação dos ônibus, sendo que hoje dos 30
81 onibus da frota, 27 estão adaptados – 90% do total. São justamente os veículos que fazem os itinerários por vias
82 distantes do Centro, como Rio Preto e Mambu, onde a própria qualidade das vias não tem condições de permitir o
83 embarque pelo desnível dos ônibus e tornaria o equipamento não utilizável; por isso precisa antes obras
84 construindo locais para as paradas e melhorando a qualidade das vias. Os equipamentos existentes nos ônibus
85 não tem um funcionamento constante e, por isso, podem apresentar problemas; então seria importante que
86 houvesse fiscalização constante pela Prefeitura nos veículos;
- 87 • Dr Rutinaldo coloca que esse é um problema que diz respeito a cumprimento de direitos básicos dos cidadãos
88 e tem que ser resolvido, tanto nos veículos como nas ruas, tornando 100% acessível;
- 89 • Dr Djalma fez uma colocação no sentido se há estudo definindo a necessidade do tamanho da frota de veículos
90 do transporte coletivo, pois acha que 30 onibus são insuficientes, pelo tamanho do município; talvez daí decorra o
91 fato das pessoas aguardarem muito tempo nos pontos. Propõe um estudo técnico de necessidade por linha;
- 92 • Outro apontamento diz respeito aos itinerários feitos na cidade pelos ônibus intermunicipais, pois algumas ruas
93 não comportam esse fluxo; sendo explicado que essas empresas estão sob concessão da Empresa de
94 Transportes Metropolitanos, sendo as vias classificadas como de interesse metropolitano. Não deve ser uma
95 mudança muito simples, mas deve-se fazer gestão para uma possível mudança em alguns locais;
- 96 • Outro ponto bastante discutido e ilustrado com as fotos é a condição das calçadas e canteiros centrais de
97 avenidas, com muitos obstáculos, desníveis, construções (como quiosques) que impedem a visão do motorista,
98 estacionamento de viaturas, dentre outros problemas que dificultam muito o deslocamento de pessoas – sendo o
99 andar a pé o mais essencial no conceito de mobilidade, Devem ser elaboradas regras para adequação dos
100 problemas existentes, assim como devem ser estabelecidos padrões técnicos no Plano, com fiscalização pela
101 Prefeitura;
- 102 • Sobre o viário, relembra a necessidade de corrigir os ‘bicos’ de guias existentes e a manutenção imediata de
103 pavimento danificado para reparo ou implantação de infraestrutura;
- 104 • Por fim, foi lembrada a necessidade de se controlar a impermeabilização da cidade como um todo.
- 105 Encerradas todas as manifestações, foi lembrado a todos que continua sendo publicado e está no ar o
106 questionário diagnóstico, bem como estão marcadas novas reuniões para discussão de temas específicos, sendo
107 a próxima dia 29.01 na Prefeitura, com tema acessibilidade.
- 108 Finalizada a pauta, agradecendo a presença dos presentes, foram encerrados os trabalhos às 20:30 horas.